

OS ENGENHOS DE AÇÚCAR E A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ALAGOANO

Catarina Agudo Menezes

Universidade Federal de Alagoas e Prefeitura Municipal de Rio Largo
catarina.agudo@gmail.com

Bianca Machado Muniz

Universidade Federal de Alagoas
bianca602@yahoo.com.br

Maria Angélica da Silva

Universidade Federal de Alagoas
mastudepa@hotmail.com

Resumo

O patrimônio industrial brasileiro é marcado pela diversidade de atividades, bem como pela variedade de intensidades com que esses elementos são apreendidos pela sociedade. Neste sentido, o engenho banguê inaugura a produção industrial no Brasil, ainda no século XVI, e constrói um legado cultural material e imaterial que ainda hoje ressoa em diversas localidades do país, sobretudo na região Nordeste. Entendendo a importância dos antigos engenhos de açúcar como exemplares do patrimônio agroindustrial brasileiro, cuja atividade básica, no caso do Estado de Alagoas, continua, até os dias de hoje, representando importante atividade econômica do Estado, o presente estudo buscou aprofundar o conhecimento acerca destas edificações, a fim de compreender a lógica destas unidades fabris, através da análise de suas expressões arquitetônicas e construtivas, além de suas relações com o sítio de implantação, atentando principalmente para a sua relevância no cenário do patrimônio histórico e cultural.

Palavras-chave: Patrimônio agroindustrial; Engenhos de Alagoas; Arquitetura do açúcar.

Introdução

A produção de açúcar em Alagoas desempenhou, desde os primeiros séculos de colonização, papel preponderante em sua formação. Manuel Diegues Júnior, estudioso de referência no tema, em seu livro 'O Banguê das Alagoas' considera que *"não parece acreditável que possa existir uma história das Alagoas sem a do açúcar"* (1980:23). Esta afirmação coloca os engenhos como peças centrais deste processo, sendo o seu estudo de grande importância para o entendimento da história, de uma maneira bastante ampla, deste Estado.

No entanto, até recentemente não existia um trabalho de investigação sistematizado que informasse a respeito deste patrimônio. Apenas em 2007 iniciou-se através do IPHAN, o projeto "Ações Regionalizadas: Identificação e Mapeamento de Engenhos", que reuniu as ações das Superintendências Regionais de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Paraíba, visando o estudo dos antigos engenhos de açúcar remanescentes

nestes estados de forma a possibilitar futuras ações de salvaguarda desse patrimônio cultural.

No caso de Alagoas, o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem foi responsável por iniciar o rastreamento das fontes documentais – textuais e iconográficas – referentes aos engenhos dos séculos XVI e XVII, em dois recortes geográficos de Alagoas: as regiões próximas a Porto Calvo, Pilar, São Miguel dos Campos e Marechal Deodoro. Este estudo não foi apenas baseado nas fontes primárias, mas a partir da indicação destas fontes, procedeu-se ao trabalho de campo para a identificação das edificações e organização dos exemplares visitados em um banco de dados.

A partir deste estudo, constatou-se a necessidade de realizar outros trabalhos de investigação que não apenas listasse, mas aprofundasse o conhecimento acerca destas edificações, em busca de compreender a logística destas unidades fabris, verificando possíveis peculiaridades dos exemplares situados na região e adentrando no estudo histórico, arquitetônico e paisagístico dos que se destacaram dentre os visitados.

Neste sentido, percebeu-se a importância destas edificações como exemplares do patrimônio agroindustrial brasileiro cuja atividade básica, no caso alagoano, continua, até os dias de hoje, representando importante atividade econômica do Estado, e que foi responsável pela formação e consolidação da cultura alagoana em suas diferentes manifestações.

A multiplicidade, ou diversidade cultural é atualmente um tema bastante discutido entre estudiosos de diversas áreas de pesquisa. Com o processo de globalização cada vez mais abrangente, as populações tendem a se aproximar não só economicamente, mas também culturalmente, tornando cada vez maior o reconhecimento da pluralidade de bens culturais.

A dinamicidade da cultura se encontra na capacidade que esta possui de acompanhar os fluxos e demandas da sociedade absorvendo os aspectos pertencentes a outras sociedades, através de aproximações diversas, como uma guerra ou uma aliança, ou mesmo resistindo a interferências externas, a partir de diferentes mecanismos, mantendo, dessa forma, sua estrutura histórica e cultural essencial. Quando uma comunidade é reconhecida por um determinado elemento cultural historicamente construído e, ao mesmo tempo, se reconhece nele, criando laços de identidade e

pertencimento, ocorrem as condições propícias para considerar tal elemento como patrimônio histórico e cultural (QUINTAS, ano, pg.).

A noção de patrimônio está relacionada à herança, à propriedade de bens materiais ou imateriais. A sua existência pode ocorrer em diferentes escalas: entre duas pessoas, dentro de uma mesma família ou no decorrer do tempo em uma sociedade. O legado que é transmitido de uma geração para outra adquire determinado valor dentro da comunidade se o mesmo estiver relacionado às raízes ou à essência desta. Cada grupo atribui diferentes significados e valores aos diversos aspectos vivenciados, ou não, no dia-a-dia.

Neste sentido, as questões referentes aos processos de identificação e valorização do patrimônio histórico e cultural têm sido constantemente discutidas e reformuladas, buscando ampliar cada vez mais o entendimento quanto às dinâmicas culturais de um determinado grupo ou sociedade.

O sentido de patrimônio tem suas origens muito distantes no tempo, na antiga civilização romana. A própria palavra tem sua origem no latim, *Patrimonium*, e significava “tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família” (FUNARI, 2006:10). Este pai tinha autoridade não somente sobre seus parentes diretos, como esposa e filhos, mas também sobre bens, animais, escravos, etc. Em Roma, o sentido do patrimônio estava diretamente relacionado à aristocracia da época e à propriedade privada, visto que a população comum não tinha o direito de possuir o que quer que fosse.

Não havia o conceito de patrimônio público. Ao contrário, o Estado era apropriado pelos pais de família. Nesse contexto, pode-se compreender que os magistrados romanos colecionassem esculturas gregas em suas casas. O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia (idem, 2006:11).

No decorrer do tempo, diferentes mobilizações relacionadas à apropriação dos bens culturais desenvolveram-se, guiadas pelas transformações ocorridas nos valores sociais, aproximando-se cada vez mais do entendimento quanto à importância da diversidade cultural e da universalidade de determinados bens ou manifestações. Mesmo assim, o legado monumental das grandes civilizações do passado ainda prevalece no cenário da preservação. Entretanto, as ações voltadas à valorização e conservação de culturas singulares, de coletividades relativamente pequenas, têm sido cada vez mais frequentes e a imaterialidade também tem alcançado maior espaço nesse cenário.

A importância de conhecer suas próprias raízes, fortalecendo os elos entre o indivíduo e o seu legado reside no fato de que quanto maior o conhecimento de si mesmo e de seu passado (individual e de grupo) maior é o sentimento de pertença do homem ao seu meio e, conseqüentemente, mais forte é a sua personalidade. A partir deste reconhecimento o homem está, portanto, ciente de quem é de qual o seu papel na sociedade. O patrimônio histórico e cultural, tanto material como imaterial, é capaz de transmitir a quem o recebe uma série de aspectos pertencentes a geração passada, como costumes, danças, técnicas, entre outros.

A cultura está, portanto, alocada em determinado espaço e tempo podendo sofrer variações. No caso dos antigos engenhos de Alagoas, o ambiente produzido pelas casas-grandes, senzalas e fábricas, bem como a vasta natureza no entorno das propriedades, proporcionou o surgimento de uma cultura bastante peculiar, que marcou a sociedade alagoana em diversos aspectos e diferentes períodos, chegando sob a forma de referências até os dias atuais, como será detalhado adiante.

Os exemplares desses complexos que resistiram ao tempo constituem o testemunho de um período e de um modo de vida que construiu as bases do modo de ser alagoano. Seus vestígios, materiais e imateriais, abrigam a essência de uma cultura marcante e podem ser acessados atualmente em diferentes pontos do atual Estado de Alagoas. Em diferentes níveis de conservação, ou ao contrário, de degradação, seis destes conjuntos serão apresentados adiante como objetos para auxiliar na compreensão da temática da conservação do patrimônio industrial em Alagoas.

Os engenhos de açúcar no Nordeste

A economia açucareira teve forte influência na formação territorial de todo o Brasil, sobretudo na atual região Nordeste, pois, foi através do açúcar que os europeus puderam fundamentar as bases da ocupação efetiva no Brasil. A riqueza gerada por sua fabricação e comercialização permitiu que a colônia alcançasse grande desenvolvimento em todas as suas dimensões.

O engenho de açúcar consistiu na primeira forma de produção industrial do Brasil. Aqui foi introduzido um sistema já conhecido pelos portugueses, que possuía uma lógica produtiva bastante rígida e integrada, onde cada etapa da fabricação estava interligada às outras, e todas eram rigorosamente acompanhadas pelos funcionários especializados, como o mestre de açúcar e o mestre purgador. Este processo

industrial perdurou por cerca de dois séculos, com poucas transformações significativas¹.

Na região Nordeste, os primeiros engenhos implantados concentraram-se inicialmente em dois pontos: em Olinda, expandindo-se para o sul, até Penedo e para o norte, até Goiana, chegando até a Paraíba e o Rio Grande do Norte; e em Salvador, se espalhando para todo o Recôncavo Baiano (ANDRADE, 2007, p. 15). Esta expansão formou o que estudiosos chamam de “civilização do açúcar” e determinou de maneira decisiva a forma como os núcleos de povoamento rurais e urbanos surgiram e se desenvolveram.

Durante o século XVII a Capitania de Pernambuco possuía uma produção de grande vulto, representando a maior parte da produção de toda a colônia. Em meados daquele século Pernambuco possuía cerca de cento e cinquenta engenhos (segundo relatos holandeses) que fabricavam açúcar suficiente para encher entre oitenta e noventa embarcações de grande porte por ano, as quais aportavam constantemente no porto de Recife.

A vinculação entre o engenho e o povoamento se deve ao fato de que o engenho era então uma estrutura produtiva bastante complexa, pois eram desenvolvidas em seu interior, e em toda a extensão onde a cana era cultivada, diversas atividades relacionadas à produção do açúcar, o que demandava uma grande quantidade de trabalhadores. Segundo Simonsen (2005, p.118), dependendo do porte do engenho, este poderia assemelhar-se a uma pequena povoação. Dessa forma, grande quantidade de pessoas era deslocada para determinada região, e a partir de seu crescimento favorecia o aumento da população nas terras brasileiras.

O engenho representava uma verdadeira povoação, obrigando a utilização não só de muitos braços, como as necessárias terras de canaviais, de mato, de pasto e de mantimentos. Com efeito, da casa do engenho, da de moradia, senzala e enfermarias, havia que contar com uns cem colonos ou escravos, para trabalharem umas mil e duzentas tarefas de massapê (de novecentas braças quadradas), além dos pastos, cercas, vasilhames, utensílios, ferro, cobre, juntas de bois e outros animais.

Os engenhos possuíam estruturas bastante complexas, que envolviam várias funções relacionadas diretamente ou não com a produção do açúcar. O açúcar começava a ser produzido no engenho, propriamente dito, uma edificação que abrigava a moenda, que

¹. Somente em meados do século XIX, com a introdução do maquinário a vapor, é que este sistema de produção passa por mudanças mais profundas e também os seus espaços são transformados.

extraía todo o sumo da cana-de-açúcar e a casa das caldeiras, onde o caldo era cozido. Além desta edificação, muitas outras faziam parte deste processo de fabricação, como a casa de purgar, onde o mel resultante do cozimento do caldo ficava descansando por vários dias, até se tornar açúcar.

Além disso, eram necessárias ainda atividades de olaria, carpintaria, marcenaria, entre outras, e todas necessitavam de locais apropriados. Era preciso também a construção de armazéns para guardar equipamentos e o açúcar produzido, bem como o bagaço da cana, que era utilizado para alimentar as fornalhas. Havia ainda as habitações dos escravos, as senzalas, e dos funcionários dos engenhos. Atualmente, já não são encontrados vestígios destas edificações nos engenhos remanescentes de Alagoas.

A configuração espacial do engenho estava ligada ao processo de fabricação do açúcar, que consistia basicamente em três etapas principais: moagem da cana, cozimento do caldo e purga. Cada uma das etapas de produção do açúcar refletira na arquitetura das fábricas. Enquanto a casa-grande e a igreja tinham funções de morar e do culto ao sagrado, a arquitetura das fábricas estava voltada especificamente para viabilizar a produção do açúcar.

O proprietário e sua família moravam (ou a utilizavam em algumas temporadas) na chamada casa-grande, símbolo do poder e da autoridade do senhor de engenho, representava a função política e administrativa do conjunto. Possivelmente as casas de engenho mais antigas, eram mais simples, visto que a maioria dos investimentos eram destinados à fabricação do açúcar.

Pedindo a fábrica do engenho tantos e tão grandes gastos quanto acima dissemos, bem se vê a parcimônia que é necessária nos particulares de casa. (...) Quem se resolve a lidar com engenho, ou se há de retirar da cidade, fugindo das ocupações da república que obrigam a divertir-se, ou há de ter atualmente duas casas abertas com notável prejuízo onde quer que falte a sua assistência, e com dobrada despesa. (ANTONIL, 2007:104-105).

Em sua grande maioria, essas famílias eram católicas e para demonstrar sua devoção e respeito pela Igreja e por determinado santo, eram construídas capelas, que podiam estar ou não ligadas à casa-grande. Muitas vezes o santo de devoção era também a denominação do engenho. Estas edificações tinham configurações semelhantes a outras, localizadas em propriedades destinadas a outras atividades, ou mesmo nas cidades. Diferiam de algumas destas talvez pelo porte e pela simplicidade. Compostas de planta retangular, algumas possuíam copiar e geralmente possuíam telhado de duas águas.

Geralmente estes dois prédios ocupavam uma posição topograficamente mais alta, o que pode ser explicado pela importância de status destas edificações. Por outro lado a capela em local alto era também uma referência a importância do sagrado e a casa grande uma afirmação do poder do senhor de engenho, permitindo também a visualização de todo o processo de produção que se desenrolava em área de cota mais baixa.

Já a fábrica, tinha uma configuração espacial voltada para a fabricação do açúcar. Costumava ser dividida em cômodos, destinados às etapas de produção já descritas anteriormente. Embora existam evidências de que em algumas oportunidades estas etapas se desenvolveram em prédios distintos, o mais comum foi estarem juntas em um mesmo prédio.

A casa da moenda era um grande cômodo quadrangular, que devia ser suficiente para abrigar a estrutura do engenho, movido por animais ou roda d'água. Neste caso, a fábrica deveria estar em um nível mais baixo, permitindo que passasse através da construção a água que fazia girar a roda. Deveria haver duas portas grandes: uma para a entrada da carroça que trazia a cana a ser moída, e outra para a saída desta, sem que a mesma precisasse fazer a volta no interior da casa. Era necessário ainda o espaço para ser colocada a cana que devia ser moída em seguida.

Quando possível, o caldo da cana que era extraído pela moenda era conduzido por calhas até a casa das caldeiras, onde o mesmo seria cozido e purificado. Devido à continuidade entre a etapa de extração do caldo e a de cozimento, era necessário que houvesse uma ligação direta entre os dois cômodos. A casa de caldeiras tinha menores dimensões que a de moenda, pois abrigava uma bancada de tijolos onde estavam as tachas de cozer o açúcar, que podiam ser em número de duas a cinco (ou mais, dependendo do porte do engenho e de seu volume de produção). Nas imediações deste cômodo estavam localizados bueiros, grandes e altas chaminés de tijolos, que configuravam o "trem jamaicano", tipo de sistema em que o fogo alimentava as tachas longitudinalmente, otimizando o cozimento do açúcar

A próxima etapa era a purga do açúcar, portanto, o cômodo da fábrica destinado a esta parte da produção devia estar contíguo à casa de caldeiras. Destacamos na casa de purgar o fato de a mesma ter um nível mais baixo, e junto às paredes, estruturas de tijolos que se constituíam em apoios para as tábuas de madeira onde eram encaixadas as formas de purgar o açúcar, que se dispunham sobre todo o cômodo formando um piso. Por baixo destas era possível caminhar uma pessoa abaixada

para, em certa etapa da purga, tirar o tampo do fundo das formas, deixando escorrer o mel que se acumulava no interior destas.

Como se vê, o engenho demandava uma série de aspectos físicos e tecnológicos para o seu correto funcionamento. Neste sentido, eram necessárias grandes extensões de terra, não só para o plantio da cana, mas também para a instalação do próprio engenho. Além disso, outros elementos eram necessários para a implantação dos mesmos, como a presença de cursos d'água nas proximidades do núcleo produtivo. Estes complexos formaram, dessa maneira, um embasamento tecnológico e produtivo bastante sólido, que caracterizou o início da formação da região Nordeste.

O açúcar em Alagoas

Em Alagoas a produção de açúcar esteve relacionada ao surgimento dos três primeiros focos de povoamento da região sul da Capitania de Pernambuco, ao norte, em Porto Calvo e no seu entorno, na região das lagoas Mundaú e Manguaba e ao sul, em Penedo. Posteriormente, com a fundação da vila de Atalaia, a ocupação foi sendo expandida para o interior. Os relatos dos viajantes, que aqui estiveram durante este período, retratam a relação entre a fundação de engenhos e o povoamento desta região.

Trataremos em primeiro lugar da lagoa do Sul, porque é a que foi melhor povoada. No tempo da primeira povoação foi seu proprietário Diogo Soares da Cunha, pai de Gabriel Soares da Cunha, senhor do Engenho Novo, o qual a obteve por doação de Duarte de Albuquerque, senhor de toda a capitania de Pernambuco (...) (WALBEECK & MOUCHERON, 1643, p. 124).

(...) no mesmo lugar há um povoado de poucos habitantes e nas imediações 5 ou 6 engenhos, mas fazem pouco açúcar e anos há em que alguns não moem; ainda nesse lugar existe grande quantidade de bois e vacas, por causa do excelente pasto, de sorte que por esse motivo os moradores possuem muito gado, que é a sua principal riqueza e constitui a melhor mercadoria destas terras e com a qual mais se ganha devido à sua rápida multiplicação(...) (VERDONCK, 1630, p. 36).

Segundo Diégues Júnior (2002, p. 48), o primeiro engenho implantado em Alagoas foi o Buenos Aires, em Camaragibe, fundado por Cristóvão Lins, português que recebeu a doação de uma sesmaria do donatário da capitania. Por volta de 1600 este proprietário realizou uma expedição nas proximidades de Alagoas e se fixou na atual região norte do estado, instalando o 'Escorial' em Porto Calvo.

Na região próxima às lagoas coube a Diogo Soares a tarefa de povoar e desenvolvê-la, onde posteriormente foi fundado o povoado da Madalena. Mas foi, entretanto, com seu filho, Gabriel Soares, que a atividade açucareira tomou vulto na região a partir da fundação dos engenhos Velho e Novo que, segundo consta na literatura, são os mais antigos da região central litorânea de Alagoas (DIÉGUES Jr., 2002, p 49). Outros exemplares também foram fundados na região próxima às lagoas e, mais ao sul, nas proximidades do rio São Miguel, por diferentes proprietários, alguns, no entanto, parentes e descendentes de Gabriel Soares. Segundo

No extremo sul da capitania, na povoação de Penedo, os engenhos são fundados a partir da metade do século XVII, porém, a atividade açucareira nesta região não se deu com grande entusiasmo e desenvolvimento, possuindo uma participação mais modesta no cenário de toda Alagoas. Mesmo com a construção de alguns engenhos na área, a atividade que se desenvolveu com mais força foi a criação de gado, esta recebendo destaque mesmo na capitania.

Os engenhos de açúcar se desenvolveram em território alagoano em decorrência da existência de diversos fatores naturais propícios tanto para o plantio e da cana-de-açúcar, bem como para o estabelecimento físico dos engenhos, tais como o clima propício, com chuvas regulares e abundantes, a presença do solo macio de massapé, as extensas matas e a grande área de terra desocupada. Um dos principais recursos que garantiu a expansão e sobrevivência da produção açucareira foi a presença de diversos cursos d'água na região, próximos dos quais os engenhos foram instalados.

O desenvolvimento gerado a partir do engenho de açúcar contribuiu não apenas para a expansão territorial dentro do âmbito rural. Algumas vilas e povoados receberam, na época, forte influência para o seu surgimento ou desenvolvimento. O elo, principalmente econômico, entre os núcleos rural e urbano foi fortalecendo à medida que a produção de açúcar aumentava e estimulava o surgimento de novos núcleos de povoamento.

Algumas vezes poderia ocorrer um caso extremo dessa relação, quando um engenho (geralmente de grande porte, como aqueles que já se assemelhavam a uma pequena povoação) se desenvolvia de tal forma que agregava em suas proximidades outras atividades diferentes da produção de açúcar, atraindo cada vez mais pessoas de outras regiões, tornando-se, por isso um povoado ou uma vila.

As relações desenvolvidas entre os engenhos e Alagoas, de uma forma geral, extrapolam a dimensão espacial, exercendo sua influência em várias outras

dimensões, posto que a diversidade que existia nessas localidades (no que se refere à cultura, religiosidade, comportamento, política, etc.) irá penetrar de forma definitiva na sociedade alagoana. Esta influência é de grande importância para a compreensão geral quanto ao início da construção do patrimônio cultural do atual estado de Alagoas.

É o engenho o centro da constituição social das Alagoas, como de resto de toda a área açucareira do país. Nele se agrupa o elemento humano, seja proveniente dos grupos indígenas, seja o originado das importações de escravo negro; nele o português é a figura dominante, porque em torno do lusitano se constituíram a economia e a sociedade da região açucareira (...). Vem do tronco português a formação da sociedade alagoana (DIÉGUES Jr., 2002, p. 80).

Entre os diversos âmbitos da sociedade alagoana, a cultura foi um dos que recebeu forte influência do complexo açucareiro. Talvez esta seja o exemplo mais vasto de como a sociedade do açúcar se expandiu para além de suas fronteiras rurais e temporais.

A partir da casa-grande têm-se os bordados que foram trazidos pelas portuguesas, as vestimentas das sinhás, a culinária farta, rica em compotas de caju, goiaba, jaca, etc. A religiosidade, sobretudo a fé católica, representada pelas inúmeras capelas, também foi símbolo das manifestações culturais do engenho.

A partir da senzala foram difundidas manifestações africanas que se misturaram à cultura portuguesa colonizadora de tal forma que se tornaram, posteriormente, parte inerente da população alagoana. A cultura negra interferiu também na formação religiosa da sociedade da época. Ainda que fossem proibidas, as manifestações do candomblé conseguiram resistir e se perpetuar pelo tempo, alcançado adeptos variados. O culto aos orixás pode ser visto ainda hoje, nas praias alagoanas durante o dia de Iemanjá, por exemplo.

A dinâmica desenvolvida no engenho alagoano proporcionou ainda a difusão de muitas outras manifestações culturais, tais como a poesia popular, o conto de lendas e superstições, o uso da medicina natural, as festas tradicionais, entre outras. Os engenhos chegaram a inspirar muitos artistas e escritores alagoanos que buscaram em seus espaços inspiração para pinturas, músicas, poesias e prosas, dentre as quais cabe destacar a rica obra de José Lins do Rego que, apesar de ter nascido na Paraíba, passou muito tempo de sua vida em Alagoas.

Em Alagoas, esse conjunto de referências persiste tanto sob a forma imaterial, através dos saberes, como material. O espaço físico dos antigos engenhos, hoje fazendas de gado, plantações de cana ou propriedades das modernas usinas, conservam diversos

elementos correspondentes ao antigo modo de produção do açúcar. É possível encontrar ainda algumas capelas e casas-grandes, solitárias nas paisagens de plantações ou pastos. Poucos possuem ainda a edificação da fábrica, embora adaptada a outros usos. Em alguns locais permanece somente o nome engenho.

Embora seja grande o número de exemplares remanescentes no estado, poucos são os estudos que contemplam as suas feições arquitetônicas atreladas a seus aspectos culturais, bem como as iniciativas para a conservação desses conjuntos e para a valorização dessa memória. Os seis engenhos selecionados para este estudo estão localizados em três municípios de Alagoas – Pilar, Marechal Deodoro e São Miguel dos Campos – e se apresentam sob diferentes formas de conservação. Todos constam no “Mappa demonstrativo dos Engenhos d’Assucar da província das Alagoas do anno de 1839”, relação que contém a denominação dos engenhos, sua localização, seu proprietário e a quantidade de pães de açúcar que produzem.

O Engenho Grajaú de Baixo (Figura 01) é o que possui menor quantidade de elementos remanescentes. Está localizado próximo ao perímetro urbano do município do Pilar, envolto pelo que resta de uma pequena mata, em meio a uma área destinada ao plantio de cana-de-açúcar. Possui as ruínas de uma casa, possivelmente a casa-grande, de um açude e de um aqueduto, que leva a uma roda d’água de ferro que mede aproximadamente 7 metros de diâmetro. Há ainda nas proximidades da roda algumas engrenagens de ferro da antiga moenda. Não foram encontrados sinais da capela ou de outras edificações.



Antiga roda d’água do engenho Grajaú de Baixo. Pilar – AL. Fonte: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

Seu sítio fica nas proximidades da Lagoa Manguaba e possui ainda um riacho que corre em suas terras. As permanências construídas estão localizadas em uma área plana com entorno ligeiramente acidentado. A posição da roda, e as ruínas de uma parede de tijolos próxima a esta, indicam que a posição da fábrica deveria ser em uma área mais baixa do terreno, cobrindo a roda.

O Engenho Novo (Figura 02), assim como o Grajaú de Baixo, está situado próximo à área urbana de Pilar. Possui um conjunto edificado bastante significativo, com edificações em bom estado de conservação, embora não seja um exemplar dos mais antigos e os usos de seus espaços tenham sido modificados.



Casa-grande do engenho Novo. Pilar – AL. Fonte: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

Possui uma casa-grande e uma capela remanescentes, ladeadas por uma pequena vila de moradores. A casa possui feições simples, mas remonta às representações de casas-grandes pintadas por Frans Post, no século XVII. Não é de grandes dimensões possui planta quadrangular e está assentada a meia encosta. Esta edificação apresenta um alpendre, elemento bastante comum na arquitetura do período colonial, que contorna duas de suas fachadas.

A capela está acoplada ao lado da casa-grande e é bastante simples. Também de dimensões modestas, possui somente uma nave. Até o momento não foi possível

visualizar seu aspecto e suas condições físicas internas, entretanto, externamente apresenta-se bem conservada.

Esse conjunto está implantado em terreno com topografia acidentada, em três níveis. A casa-grande e a capela situam-se no ponto mais alto, há uma edificação em um nível intermediário e outra na parte mais baixa do sítio, posição esta típica da implantação dos engenhos de açúcar no período colonial.

Em frente à casa-grande há uma construção de planta longitudinal e de grandes proporções, provavelmente faz parte do conjunto de edificações onde eram desenvolvidas as etapas de produção de açúcar. Porém não possui vestígios aparentes suficientes para que se saiba qual a função por ela desempenhada. Encontra-se fechada, e atualmente é utilizada como garagem e depósito de implementos agrícolas.

Uma segunda construção, em nível mais baixo, tem a mesma disposição: planta longitudinal, telhado em quatro águas, apresenta indícios de ter sido a fábrica do Engenho Novo. Está dividida em três ambientes, e possui estrutura composta de pilares grossos, e aparentemente antigos. O chão, revestido de cimento ou tijolos de seis furos, já não mostra o revestimento original.

Os três ambientes que formam a fábrica possuem diferença de nível entre si, acompanhando o desnível do terreno, o que devia favorecer o processo de fabricação do açúcar, especialmente o processo de condução do caldo da casa da moenda para as caldeiras. Os cômodos destinados a cada etapa de fabricação do açúcar estão dispostos de forma linear: primeiro um cômodo bastante amplo, estaria destinado a moagem da cana. O cômodo seguinte, em nível mais baixo, destinado a casa das caldeiras, e finalmente, o último cômodo, destinado a casa de purgar. Nesta, ainda se vê as estruturas de tijolos que davam suporte a armação de madeira sobre as quais eram dispostas as tábuas de madeira onde se encaixavam as formas de purgar o açúcar. O prédio está sendo utilizado como abrigo para animais e para guardar materiais.

Disposição semelhante é a da fábrica do Engenho Salgado (Figura 03), também localizado no município do Pilar. As edificações deste engenho, no entanto, encontram-se em estado mais avançado de degradação. Parte da fábrica está em ruínas e o que resta do seu telhado está prestes a desabar.



Interior da antiga fábrica do engenho Salgado. Pilar – AL. **Fonte:** Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

Do que resta da sua fábrica, podem-se perceber semelhanças com outras edificações deste tipo, em outros engenhos, inclusive pernambucanos. Tem planta retangular e está dividida em três cômodos: mais amplo e de cota mais alta destinado à casa da moenda, seguido pela casa de caldeiras e por ultimo, a casa de purgar. Atualmente, parte desta edificação é utilizada como curral.

A casa-grande permanece bem conservada e agrega em sua composição arquitetônica vários aspectos de casas de engenhos mais antigas, como o alpendre, a planta quadrangular e o telhado em quatro águas. A capela assemelha-se a um oratório, pois consiste em uma pequena sala, ao lado da casa, com acesso pela varanda. Á nesta casa também exemplares de mobiliário, equipamentos e utensílios utilizados na época de funcionamento do engenho.

Este engenho possui como característica peculiar a sua planicidade, pois, apesar de estar em área mais baixa, o desnível entre a fábrica e a casa-grande não é tão acentuado como em outros engenhos.

Na região do município de São Miguel dos Campos, podemos destacar os engenhos Varrela, Pau Brasil e Furado.

O Varrela (Figura 04) possui a capela e casa-grande bem conservadas, situadas em uma posição mais alta em relação à fábrica. Ao contrário dos outros engenhos vistos, existe uma distancia significativa entre estas duas construções. A capela, onde também existe um cemitério, está situada em uma das áreas mais altas da fazenda, podendo ser vista de diversos pontos desta. Suas dimensões, assim como as capelas já mencionadas, também são modestas. O que a diferencia das outras é a presença de um alpendre, na fachada posterior e a existência de um portal em sua fachada frontal. Suas paredes são bastante espessas, indicando que pode ser uma construção bastante antiga.



Capela do engenho Varrela. São Miguel dos Campos – AL. **Fonte:** Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

A casa-grande, conforme informações de moradores locais, ainda é utilizada como estadia pelo proprietário, o que justifica seu bom estado de conservação. Esta edificação possui planta quadrangular, com telhado em quatro águas, cuja cumeeira alcança grande altura. Nessa também está presente o alpendra, porém, os pilares que o sustentam são indícios de intervenções posteriores em sua estrutura. Está implantada a meia encosta, o que possibilita a existência de um pequeno porão na parte frontal.

Da antiga fábrica, restaram apenas a estrutura de cobertura e os pilares de tijolos, resultantes da adaptação da fábrica do engenho a um grande salão de eventos. Este

prédio constitui-se de uma planta retangular, com vários pilares robustos de tijolos aparentes, telhado de quatro águas sustentado por grandes tesouras de madeira necessárias para vencer um amplo vão. A disposição longitudinal da planta indica que, como os demais engenhos analisados, os cômodos estavam dispostos em sentido linear.

O Engenho Furado (Figura 05), por sua vez, possui uma bela capela com galilé, espaço que era destinado aos escravos para que pudessem assistir as celebrações religiosas. Esta edificação apresenta grande porte e qualidade construtiva, o que lhe confere a importância destacada na bibliografia consultada. Seu estado de conservação atual é muito bom. Possui nave única, com coro sobre a entrada. A fachada principal (com data 1725) possui frontão ornamentado. No lado esquerdo há uma torre sineira e uma área que serve como cemitério.



Capela do engenho Furado. São Miguel dos Campos – AL. **Fonte:** Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

Se a igreja se encontra bem conservada, o mesmo não se pode dizer dos outros prédios: a casa-grande já não existe, nem tampouco a fábrica. Mas o sítio se destaca pela quantidade de valas e ruínas de estruturas de tijolos que certamente faziam parte do sistema que movia o engenho. Não é possível precisar a localização e disposição da fábrica, mas a quantidade de água disponível aponta para um engenho que a tinha como força motriz. A água corre ao longo da propriedade e desemboca num pequeno açude, localizado em nível mais baixo, o que devia favorecer ainda mais o seu uso para mover a moenda.

Há ainda neste engenho remanescentes de uma estrutura onde funcionava um pequeno alambique, o que indica a existência de mais um elemento cultural importante da produção canavieira, que consistia na produção de aguardente.

Finalmente o Engenho Pau-Brasil (Figura 06), se destaca pela presença de vestígios materiais bastante significativos para a compreensão dos aspectos construtivos e do funcionamento de um engenho, como a roda d'água e o aqueduto que levava água para movê-la.



Vista geral das ruínas do engenho Pau-Brasil. São Miguel dos Campos – AL. **Fonte:** Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, 2011.

Embora a fábrica esteja completamente arruinada, seus remanescentes materiais permitem visualizar uma série de aspectos relacionados à sua configuração espacial. A estrutura que fazia mover o engenho se assemelha à encontrada no engenho Grajaú de Baixo e é composta de um açude localizado ao lado da casa sede, do qual sai um aqueduto que desemboca sobre uma roda d'água. A água atualmente já não faz esse percurso, ficando limitada ao açude e daí escorrendo ao longo do declive da propriedade. A roda, de ferro, encontra-se arruinada, e toda a área ocupada outrora pela fábrica do engenho atualmente está tomada por mato e entulho, além de restos amontoados da própria construção.

Pelas ruínas, entretanto, pode-se ver que a fábrica deste engenho possuía disposição diversa em relação aos outros analisados. Em vez dos cômodos se desenvolverem de maneira linear, no Engenho Pau Brasil, a moenda devia ser contígua a casa de

caldeiras, e em paralelo, se dispunha o cômodo destinado a purga do açúcar. A edificação, provavelmente, se aproximaria de um quadrilátero.

Próxima a estas ruínas, encontra-se uma edificação de grandes proporções, tanto em largura como em comprimento, e de construção bastante sólida. as informações colhidas no local não são suficientes para estimar a sua função, mas pode-se supor que poderia ser a casa de purgar ou mesmo um armazém para depositar materiais e estocar bagaço de cana.

Em uma parte mais alta do terreno uma edificação de dois pavimentos, que se encontra em um lastimável estado de conservação. Possui aspectos que indicam ser uma construção bastante antiga, como a grossa espessura das paredes bem como o material do qual são feitas.

Por mais estranho que pareça, diferentemente dos outros engenhos mencionados acima, o Pau-Brasil não possui capela e, segundo moradores locais, nunca possuiu. Esta consiste em uma intrigante incógnita, visto que uma das características mais marcantes do engenho de açúcar é a presença religiosa.

Vale salientar que, embora seja sabido que a produção de açúcar foi, durante séculos, sustentada pelo trabalho escravo, pouco se tem de informações documentais e vestígios materiais quanto aos aspectos das habitações destes trabalhadores nos engenhos alagoanos, no que se referem as suas expressões mais antigas.

Considerações finais

Como se pode perceber, o estado de Alagoas possui um patrimônio agroindustrial bastante vasto, porém pouco explorado. As iniciativas de estudo e de preservação são fragmentadas e isoladas, não permitindo que se construa um conhecimento sólido sobre essa memória tão marcante para a constituição da sociedade alagoana.

Alagoas é até os dias de hoje fortemente marcado pela cultura da cana e pela produção do açúcar. Atualmente existem dezenas de usinas espalhadas pelo estado, dedicadas à produção de açúcar e de álcool combustível. A sua inserção no ambiente ocorre em meio à predominância das plantações de cana-de-açúcar, onde anteriormente, nos séculos da colonização deveria predominar a mata atlântica. A renda produzida por estas indústrias representa hoje uma parte significativa da economia do estado, demonstrando que a força do açúcar, introduzido nesta região há quatro séculos, permanece bastante atual.

Ainda hoje, mesmo dentro da área urbana de Maceió, sua capital, é possível encontrar vários trechos de terra utilizados para a plantação de cana-de-açúcar. E mesmo em regiões pouco afastadas da área metropolitana da cidade já é possível encontrar algumas usinas, o que demonstra a importância dessa atividade para toda a sociedade alagoana, e como a mesma está inserida na configuração espacial alagoana, a qual foi iniciada ainda no século XVII.

Entretanto, infelizmente, o desenvolvimento das usinas não foi acompanhado pela preservação de suas estruturas produtivas anteriores. Juntamente com a decadência econômica do engenho veio também a falência funcional de suas edificações e a sua consequente degradação.

Dos exemplares remanescentes, como os apresentados neste trabalho, pode-se concluir que sua arquitetura, de uma forma geral, passou por diversas modificações ao longo do tempo, desde a instalação das primeiras estruturas dos banguês até a transição definitiva para a usina. Entretanto, no decorrer deste período, alguns aspectos permaneceram como norteadores da expressão material desses conjuntos.

Muitos resquícios desse percurso ainda podem ser notados na paisagem hoje. Porém, dos dois primeiros séculos de colonização, as expressões dos engenhos não se colocam na contemporaneidade sob a forma de um bloco edificado, a exemplo de alguns tipos construídos em meados do século XVIII e XIX.

Cabe reforçar aqui que, embora o conjunto estudado apresente graves sinais de deterioração de suas feições materiais, e contribua para o surgimento de várias incógnitas quanto a sua constituição espacial e tecnológica, é possível através deles, e com a complementação com outras fontes como os relatos de viajantes e as imagens, desenvolver estudos que valorizem a paisagem açucareira de uma forma mais global, fazendo sobressair os valores e significados dessa cultura.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Civilização Açucareira*. In.: QUINTAS, Fátima (org.). *A civilização do açúcar*. Recife: SEBRAE / Fundação Gilberto Freyre, 2007.

DIEGUES JR., Manuel. *O Banguê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo, e PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2006.

GAMA, Ruy. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

GOMES, Geraldo. *Engenho e Arquitetura*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2006.

QUINTAS, Fátima. *Cultura, Patrimônio e Civilização*. In.: QUINTAS, Fátima (org.). *A civilização do açúcar*. Recife: SEBRAE / Fundação Gilberto Freyre, 2007.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil. 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, 2005.

VERDONCK, Adrian. *Descrição das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentado ao conselho político do Brasil por Adriano Verdonck, em 20 de maio de 1630*. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para o Brasil Holandês – a economia açucareira*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

WALBEECK & MOUCHERON. *Relatório sobre a situação das Alagoas em outubro de 1643; apresentado pelo assessor Johannes van Walbeeck e por Hendrick de Moucheron, diretor do mesmo distrito e dos distritos vizinhos, em desempenho do encargo que lhes foi dado por sua Excia. E pelos nobres membros do Alto Conselho*. In.: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês. A administração e a conquista*. Recife: Minc. Secretaria da cultura; 4ª Diretoria Regional da SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.